

Movimentos Sociais do Campo e Direito à Educação no Assentamento Itamarati, Mato Grosso do Sul

 Maria Elena Aquino Dutra¹,  Washington Cesar Shoiti Nozu²

^{1, 2} Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu). Rodovia Dourados/Itahum, Km 12. Dourados - MS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: mariaelenadutra3@gmail.com

RESUMO. O protagonismo dos movimentos sociais é constitutivo da Educação do Campo. Nessa perspectiva, este artigo objetiva descrever a atuação de movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação no Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa bibliográfica – em teses de doutorado e dissertações de mestrado – e empírica, com a participação de dois representantes de movimentos sociais (um do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outro da Federação da Agricultura Familiar), que forneceram informações orais por meio de uma entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados em três eixos temáticos: movimentos sociais e Assentamento Itamarati; lutas pela educação escolar no Assentamento Itamarati; e relação entre movimentos sociais e uma escola estadual no Assentamento Itamarati. Os resultados evidenciam a contribuição dos movimentos sociais para: a criação e o desenvolvimento do assentamento; o direito à educação escolar no assentamento, materializado pela conquista de quatro escolas públicas; a melhoria das condições estruturais e, atualmente, a realização de ações esporádicas em uma escola estadual do assentamento. Conclui-se que a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a manutenção/construção de um projeto educativo da escola do assentamento pautado no compromisso ético, político e emancipatório.

Palavras-chave: movimentos sociais do campo, educação escolar, assentamento.

Rural Social Movements and the Right to Education in the Itamarati Settlement, Mato Grosso do Sul

ABSTRACT. The protagonism of social movements is constitutive of Rural Education. From this perspective, this article aims to describe the role of rural social movements in the struggle for the right to education in the Itamarati Settlement, located in the municipality of Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. To this end, a bibliographic study was conducted – drawing on doctoral theses and master’s dissertations – as well as field research involving two representatives of social movements (one from the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra and another from the Federação da Agricultura Familiar), who provided oral information through a semi-structured interview. The data were analyzed according to three thematic axes: social movements and the Itamarati Settlement; struggles for schooling in the Itamarati Settlement; and the relationship between social movements and a state school in the Itamarati Settlement. The findings highlight the contribution of social movements to: the creation and development of the settlement; the right to schooling within the settlement, materialized through the establishment of four public schools; improvements in structural conditions; and, currently, the implementation of sporadic actions in a state school within the settlement. It is concluded that the role of social movements is fundamental to the maintenance/construction of an educational project in the settlement school grounded in ethical, political, and emancipatory commitments.

Keywords: rural social movements, schooling, settlement.

Movimientos Sociales del Campo y el Derecho a la Educación en el Asentamiento Itamarati, Mato Grosso do Sul

RESUMEN. El protagonismo de los movimientos sociales es constitutivo de la Educación del Campo. Desde esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo describir la actuación de los movimientos sociales del campo en la lucha por el derecho a la educación en el Asentamiento Itamarati, ubicado en el municipio de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica – basada en tesis doctorales y disertaciones de maestría – y un trabajo de campo con la participación de dos representantes de movimientos sociales (uno del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra y otro de la Federação da Agricultura Familiar), quienes aportaron información oral mediante una entrevista semiestructurada. Los datos fueron analizados en tres ejes temáticos: movimientos sociales y Asentamiento Itamarati; luchas por la educación escolar en el Asentamiento Itamarati; y la relación entre los movimientos sociales y una escuela estatal en el Asentamiento Itamarati. Los resultados evidencian la contribución de los movimientos sociales para: la creación y el desarrollo del asentamiento; el derecho a la educación escolar en el asentamiento, materializado en la conquista de cuatro escuelas públicas; la mejora de las condiciones estructurales; y, actualmente, la realización de acciones esporádicas en una escuela estatal del asentamiento. Se concluye que la actuación de los movimientos sociales es fundamental para el mantenimiento/construcción de un proyecto educativo en la escuela del asentamiento basado en un compromiso ético, político y emancipador.

Palabras clave: movimientos sociales del campo, educación escolar, asentamiento.

Introdução

O protagonismo dos movimentos sociais é constitutivo da Educação do Campo. Nessa perspectiva, Caldart (2004, p. 314) entende os movimentos sociais como “sujeitos pedagógicos”, ou seja, “como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”. Isso porque “são os desafios do campo em movimento que multiplicam as lutas sociais por educação. Por sua vez, são estas lutas que vão ajudando a tornar consciente este direito” (Caldart, 2003, p. 67).

Assim, a Educação do Campo se constrói articulada às lutas sociais do campo, pois “o movimento por educação do campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo” (Caldart, 2010, pp. 152-153). Apesar de sua relevância, os “movimentos sociais não têm sido figuras muito presentes nas teorias pedagógicas; nem como sujeitos educativos nem como interlocutores da reflexão sobre educação” (Caldart, 2004, p. 316).

Desse modo, para reconfigurar o debate, é preciso destacar que as lutas travadas pelos movimentos sociais são fundantes das políticas públicas de Educação do Campo, dentre as quais destacam-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) (Machado & Tsuchiya, 2021; Costa et al., 2025).

Diante dessas premissas, o presente artigo almeja descrever a atuação de movimentos sociais do campo na luta pelo direito à educação no Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã-MS.

O Assentamento Itamarati é classificado como um Projeto de Assentamento Federal (INCRA, *s.d.*). Trata-se de um dos maiores assentamentos resultantes da reforma agrária no Brasil e um dos maiores da América Latina em número de famílias assentadas e extensão territorial. Está localizado a, aproximadamente, 50 km da sede urbana do município de Ponta Porã-MS, próximo à região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, a cerca de 21 km da faixa de fronteira (Terra, 2009; Urchei et al., 2002).

Isto posto, neste trabalho: a) os movimentos sociais do campo são entendidos como “formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem terra e de trabalhadores rurais assalariados que lutam pelos direitos a terra” e por condições dignas de existência (Fernandes, 2010, p. 1); b) a educação é defendida como “processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade” (Fernandes et al., 2010, p. 23); c) optou-se pelo uso da

denominação Assentamento Itamarati – com a explicitação da divisão Itamarati I e Itamarati II, quando pertinente – ao invés de Distrito Nova Itamarati, com o intuito de enfatizar as lutas sociais do campo pela reforma agrária.

Caminhos metodológicos

Os caminhos metodológicos percorridos foram delineados a partir do objetivo proposto e a investigação foi caracterizada como qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e empírica (Mattar & Ramos, 2021).

A pesquisa bibliográfica, do tipo revisão narrativa (Mattar & Ramos, 2021), foi conduzida para levantar publicações sobre o objeto de estudo. Para tanto, foram priorizadas produções classificadas como teses de doutorado e dissertações de mestrado, por seu aprofundamento descritivo e analítico dos dados, disponibilizadas no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O levantamento na base de dados deu-se por meio de descritores e do operador *booleano* OR, com a seguinte chave: “Assentamento Itamarati” OR “Distrito Nova Itamarati”. Não foram utilizados filtros para as buscas. O resultado bruto registrou 39 pesquisas: 28 dissertações e 11 teses.

A triagem da produção foi realizada por meio da presença de dados relativos ao histórico e ao desenvolvimento do Assentamento Itamarati, à atuação dos movimentos sociais e/ou à discussão sobre a educação nesse lócus. Assim, foram selecionadas 10 produções: quatro teses – Estrella (2019), Oliveira (2023), Silva (2014) e Terra (2009) – e seis dissertações – Bellé (2011), Cavalcante (2015), Correia (2022), Ferreira (2021), Pereira (2021) e Silva (2024).

Por sua vez, a pesquisa empírica foi precedida de tramitação de projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética de n.º 90422625.6.0000.5160 e aprovação por meio do Parecer Consubstanciado de n.º 7.816.819.

A pesquisa empírica, por sua vez, compreende “o lugar do vivido, no qual os acontecimentos, os fatos, os eventos e os comportamentos se manifestam” (Mattar & Ramos, 2021, p. 127). Nesse lugar do vivido, o Assentamento Itamarati, foi desenvolvida uma investigação ampla, que envolveu uma escola da rede estadual, diferentes participantes (gestores escolares, professores e representantes de movimentos sociais), técnicas e procedimentos de coleta de dados.

Considerando o propósito do presente artigo, foram selecionadas as informações orais prestadas por representantes de movimentos sociais no Assentamento Itamarati. Para tanto, por meio de informações fornecidas pela Associação de Moradores do Projeto de Assentamento Itamarati (AMPAI), foi possível contatar, via aplicativo WhatsApp, representantes de cinco movimentos sociais no assentamento, a saber: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS), a Federação da Agricultura Familiar (FAF) e os Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI). Dois representantes de movimentos sociais concordaram em participar da pesquisa: um do MST e outro da FAFⁱ. O aceite dos participantes, após terem ciência da proposta de investigação, foi formalizado mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalva-se que a participação de apenas dois representantes significa uma limitação para o levantamento de informações, bem como para o adensamento das relações constitutivas e complexas entre os movimentos sociais e o Assentamento Itamarati, em particular daquelas relacionadas à educação.

A técnica utilizada para a coleta de dados orais com os participantes foi a entrevista, orientada por um roteiro semiestruturado com seis perguntas que abordavam: 1) o contexto histórico do assentamento; 2) a influência do movimento social na criação e no desenvolvimento do assentamento; 3) a influência do movimento social na criação e no desenvolvimento da escola do assentamento; 4) a relação atual do movimento social com a escola do assentamento; 5) a situação atual do assentamento em relação à educação e a outros serviços públicos; 6) a luta do movimento social pela melhoria da educação no assentamento. Ainda a esse respeito, Manzini (2004) explica que a entrevista semiestruturada é focalizada em um assunto, com um roteiro confeccionado a partir de perguntas centrais, complementadas por questões que surgem naturalmente no decorrer da interação.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2025, com o registro dos dados orais em gravador de áudio. A entrevista com a liderança do MST, feita no dia 9 de setembro de 2025, na residência do participante, localizada no Itamarati II, teve duração de 11 minutos e 8 segundos. Por sua vez, a entrevista com o representante da FAF ocorreu no dia 25 de setembro de 2025, em sua residência, no Itamarati I, e durou 14 minutos e 9 segundos. A transcrição das entrevistas foi realizada em arquivo do Microsoft Word, com textualização dos registros orais e realização de pequenos ajustes gramaticais, sem prejuízo ao conteúdo das falas.

Os dados bibliográficos e orais foram organizados e analisados por meio de três eixos temáticos: a) movimentos sociais e Assentamento Itamarati; b) lutas pela educação escolar no Assentamento Itamarati; c) relação entre movimentos sociais e uma escola estadual no Assentamento Itamarati.

Movimentos sociais e Assentamento Itamarati

Uma série complexa de acontecimentos ocasionou a emergência do Assentamento Itamaratiⁱⁱⁱ. Nesta seção, almeja-se destacar a atuação dos movimentos sociais para a criação e o desenvolvimento desse assentamento.

Com a expansão das lavouras mecanizadas e das agroindústrias, em 1973, o empresário Olacyr Francisco de Moraes adquiriu 25.000 ha de terras – anteriormente pertencentes à Companhia Mate Laranjeira – no município de Ponta Porã-MS, e implantou a Fazenda Itamarati. Em 1976, o empresário adquiriu mais 25.000 ha e, com isso, a área da Fazenda Itamarati foi ampliada para 50.000 ha (Terra, 2009).

A Fazenda Itamarati foi concebida como um “megaprojeto de modernização da agricultura brasileira” (Terra, 2009, p. 64), com o objetivo de se tornar referência na agroexportação de *commodities*. De acordo com Terra (2009, pp. 73-74):

combinando tecnologia de ponta e técnicas inovadoras de administração, a Itamarati acostumou-se a bater recordes. Nos anos de 1980, ficou conhecida como a maior plantação de soja do mundo. Na década de 1990, registrou a segunda maior produção brasileira de algodão e, no final desse período, era recordista nacional na produção de milho.

Contudo, a Fazenda Itamarati começou a ruir em 1995 (Terra, 2009). Vários fatores, como problemas econômicos relacionados à agricultura, ao contexto do Plano Real, a investimentos em outros setores produtivos e à gestão familiar do empreendimento, “resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati” (Terra, 2009, p. 79).

Nesse contexto, os movimentos sociais, com destaque para o MST, a CUT e a FETAGRI, pleitearam ao governo estadual de Mato Grosso do Sul (Zeca do PT, 1999-2006) que entrasse em contato com o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e sugerisse a aquisição da Fazenda Itamarati para ser transformada em um grande projeto de assentamento. Nota-se uma busca constante pelo diálogo entre lideranças dos movimentos sociais e representantes do governo durante o processo de reivindicação do

assentamento. No bojo dessas movimentações, o MST disputou pautas e projetos próprios (Oliveira, 2023).

Em um momento histórico-político marcado pela crítica ao Governo Federal diante da questão agrária, assim como pela “ofensiva dos movimentos sociais rurais, especialmente do MST, mas também da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)” (Terra, 2010, p. 116), em novembro de 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário brasileiro anunciou a aquisição da Fazenda Itamarati com o intuito de transformá-la em assentamentos rurais.

Inicialmente, em maio de 2001, foi adquirida, pelo Governo Federal, uma área de 21.100 ha, repassada ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para dar início à implantação do Assentamento Itamarati (conhecido como Itamarati I), com a manutenção do nome da antiga fazenda. Em maio de 2004, o Governo Federal adquiriu o restante da área, 24.900 ha, o que viabilizou a implantação do Assentamento Itamarati II (Terra, 2009; 2010).

Sobre a criação do Assentamento Itamarati, a liderança do MST compartilhou:

ele surgiu por volta dos anos 2001 e 2002, com a criação do Assentamento Itamarati I, no governo estadual do governador Zeca do PT e na gestão do Governo Federal de Fernando Henrique [Cardoso]. Então, ali que nasceu esse grande assentamento da reforma agrária. Eu, naquela época, era mais jovem, estava em torno dos meus 17 para 18 anos, mas era bem ativo e participativo, já como um líder no setor da juventude dentro do movimento. Então, assim, tudo foi uma discussão na criação do assentamento, onde tinha as necessidades. Em torno de um mês, dois meses, surgiram os movimentos sociais vindos para essa região.

A compreensão desse cenário de reivindicação de movimentos sociais, anterior à implementação do Assentamento Itamarati II, é descrita na fala do representante da FAF:

a gente estava na beira da estrada, né? Acampados. Nós ficamos acampados aqui na outra BR, que liga Ponta Porã e Dourados, por quatro anos, [nesse processo] que já vinha disputando aí a reforma agrária e que estava em negociação com a Fazenda [Itamarati]. Aí, em 2004, que [o Governo Federal] fechou a compra. Aí a gente veio de lá [acampamento na beira da estrada]. Mudamos para cá em fevereiro de 2005.

Os relatos dos representantes dos movimentos sociais evidenciam as estratégias de luta pela reforma agrária, em particular, das ocupações do território em disputa e das mediações com o poder público para a conquista do Assentamento Itamarati.

No Itamarati I, foram assentadas 1.143 famílias; e, no Itamarati II, 1.692 famílias (Terra, 2009; 2010). As famílias beneficiárias faziam parte de grupos sociais diferentes: o Itamarati I foi constituído por famílias do MST, da CUT, da FETAGRI e da Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI). No Itamarati II, além do MST, CUT e FETAGRI, surgiram dois novos movimentos: a FAF e os FAFI (Oliveira, 2023; Terra, 2010).

Com relação às formas de organização do assentamento, o INCRA propôs, sob pressão do MST, um modelo coletivo de produção. Contudo, na prática, a proposta não foi executada pela maioria das famílias integrantes do próprio MST, nem pelas vinculadas aos demais grupos, e predominou o modelo semicoletivo ou individual (Terra, 2009).

Do ponto de vista dos movimentos sociais no campo, especialmente o MST, um assentamento modelo é criado e organizado em bases alternativas ao modelo econômico capitalista. A criação de um assentamento indica um passo na direção da reforma agrária, o que representa um triunfo na luta contra o agronegócio e pela socialização da terra (Terra, 2009).

O estabelecimento de modelos de organização coletiva pode promover a construção de novas relações sociais de trabalho e novas formas de vida, bem como estabelecer uma cultura centrada no bem-estar do coletivo, em contraposição ao individualismo capitalista (Caldart, 2004).

Os movimentos sociais têm contribuído, mediante lutas, para a implantação, as formas de organização e o desenvolvimento do Assentamento Itamarati (Bellé, 2011; Cavalcante, 2021; Estrella, 2019; Oliveira, 2023; Terra, 2009). Nessa perspectiva, a liderança do MST refletiu sobre o papel de um movimento social:

o movimento social é um movimento de luta, principalmente o MST. Então, ele faz as lutas para a dignidade das famílias, para incluir as famílias, as pessoas tão excluídas, [para] voltar a serem cidadãos na sociedade. E o endereço, né? Porque começa aqui a luta, a conquista da terra, o endereço, a casa, a água, a energia, o crédito. Para quê? Para ela [a família] poder produzir alimento saudável para o povo brasileiro. Então, o movimento, é nessa situação que ele atua. E eu acho que está claro o desenvolvimento, né? Então, hoje, nós temos as cooperativas, né? Tudo é fruto dos movimentos sociais, né? Uma conquista, uma luta que hoje trabalha para o desenvolvimento do assentamento.

Sobre o desenvolvimento do Assentamento Itamarati, a liderança do MST compartilhou que:

a criação do assentamento veio para ajudar a desenvolver a região, tanto econômica como social, educativa. Então, é nesse sentido que... se deu o assentamento e também, junto, a gente pôde participar e ajudar a definir a criação do núcleo urbanoⁱⁱⁱ. Então, hoje, sem dizer a quantidade de pessoas que veio do estado ou do país mesmo, ajudando a desenvolver e criando as suas famílias dentro do Assentamento Itamarati.

Em 16 de março de 2015, o Assentamento Itamarati I se fundiu ao Assentamento Itamarati II, para constituir o Distrito de Nova Itamarati, no município de Ponta Porã-MS (Estrella, 2019; Ponta Porã, 2015). O distrito possui um núcleo urbano e um núcleo rural. O núcleo urbano é composto por três bairros: Bairro da Sede, Bairro da Vila Secador e Bairro

Itamarati I (Ponta Porã, 2020), todos à margem da rodovia MS-164, mas com diferentes formas de ocupação e planejamento.

Atualmente, a população residente nos três bairros do núcleo urbano do Distrito Nova Itamarati é de 2.568 pessoas, distribuídas em 1.124 domicílios. Por sua vez, no núcleo rural, residem 7.342 pessoas, distribuídas em 3.101 domicílios. Há, no Distrito Itamarati, somados os dois núcleos, 9.910 pessoas distribuídas em 4.225 domicílios registrados^{iv} (Freitas, 2022).

Acerca do crescimento do Assentamento Itamarati, o representante do MST salienta que:

é [preciso] destacar o tamanho do assentamento, a importância do assentamento para o município de Ponta Porã, o estado e o Brasil. É uma referência hoje. É um local que já tem estruturas maiores que vários municípios, né? Mas, assim, precisa muito ainda, né? Precisa do Poder Público fazer muita coisa ali dentro do Assentamento Itamarati. Principalmente na área da educação, da saúde e infraestrutura, né?

Desse modo, apesar da expansão, da infraestrutura e das transformações administrativas no contexto, a manutenção das lutas é fundamental para o alcance dos direitos sociais dos assentados do Itamarati. Para tanto, a próxima seção aborda o direito à educação escolar.

Lutas pela educação escolar no Assentamento Itamarati

A Educação do Campo tem sua origem no protagonismo dos movimentos sociais camponeses em estado de luta, especialmente daqueles que, historicamente marginalizados, passam a se constituir como sujeitos políticos que reivindicam direitos e produzem projetos educativos próprios (Caldart, 2009). Nesta seção, busca-se enfatizar as lutas dos movimentos sociais pela educação escolar no Assentamento Itamarati.

Com o processo de reforma agrária da Fazenda Itamarati e com o acampamento, à beira da estrada, de um número expressivo de famílias oriundas de diferentes lugares, o acesso à educação passou a ser reivindicado. Segundo Silva (2024), a educação sempre esteve presente nos acampamentos do Itamarati, ainda que de forma improvisada, com a constituição de salas multisseriadas e o apoio de professores iniciantes. Nesse processo, destaca-se a luta para que serviços públicos das secretarias estaduais e municipais atendessem às demandas educacionais, por meio da contratação de professores e do fornecimento de materiais para o funcionamento das escolas nos acampamentos. Mesmo antes de ser constituído como assentamento, as demandas educacionais já existiam no território.

Em 2003, havia, no Assentamento Itamarati, uma demanda educacional de 1.388 estudantes, porém a estrutura da escola existente tinha capacidade apenas para 1.281 deles. Nesse momento, foram registradas algumas demandas, como a criação de escolas para ofertar Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além da oferta de creches, formação inicial e continuada, capacitações pedagógicas e elaboração de Projetos Político-Pedagógicos (PPP) que contemplassem a Educação Básica e a EJA (Terra, 2009). Bellé (2011, p. 100) destaca que, em 2010, no território, “havia grande demanda na educação, devido aos elevados índices de analfabetismo e baixa escolaridade”.

Mediante lutas, o Assentamento Itamarati conquistou quatro escolas, uma municipal e três estaduais: Escola Municipal Nova Conquista (Itamarati II); Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva, localizada no grupo MST (Itamarati I); Escola Estadual José Edson Domingos dos Santos, próxima ao núcleo urbano, localizada no grupo da CUT (Itamarati I); e Escola Estadual Nova Itamarati, no núcleo urbano (Itamarati II), considerada a segunda maior escola do estado de Mato Grosso do Sul (Bellé, 2011; Silva, 2014; Silva, 2024; Estrella, 2019; Pereira, 2021).

Essas escolas surgiram a partir do contexto de reforma agrária, que converteu o antigo espaço da fazenda em ambientes de formação coletiva. Ao mesmo tempo, passaram a responder a uma demanda educacional ampliada, orientada pela garantia do direito de todos os sujeitos ali residentes a uma educação de qualidade (Pereira, 2021).

Com relação à criação de escolas, estudos revelam que, no Itamarati II, antes mesmo da desapropriação da antiga fazenda, já existia uma instituição de ensino desde 1978, para atender os estudantes dos filhos dos empregados rurais. A escola passou por reforma estrutural em 1981 e 1985. Em 1985, foi criada a Escola Estadual de 1º Grau Itamarati que, em 1987, passou a ser chamada de Escola Estadual Itamarati. Em 2005, com a transformação em assentamento, houve ampliação do prédio, que passou a se chamar Escola Estadual Nova Itamarati (Estrella, 2019; Ferreira, 2021). Em 2010, a escola contou com a implantação de um prédio moderno adaptado em um antigo galpão de máquinas do assentamento (Ferreira, 2021).

A Escola Estadual José Edson Domingos dos Santos foi criada em 2002, para atender os filhos dos acampados dos diferentes grupos de movimentos de luta pela terra. Inicialmente, funcionou de forma improvisada em um espaço antes utilizado como criadouro de coelhos da antiga fazenda. Foi instituída como escola do campo em 2011 e, a partir de 2012, foi construído um novo prédio, inaugurado em 2014 (Pereira, 2021).

A Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva é a mais distante do núcleo urbano. Em 2006, iniciou suas atividades como extensão da Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos, mas foi desmembrada posteriormente. Apresenta dificuldades de acesso, tanto para estudantes quanto para docentes e demais membros da equipe escolar, devido à distância e às limitações do transporte escolar. Apesar disso, atende um número expressivo de estudantes. As famílias do MST foram fundamentais na conquista dessa unidade escolar, bem como para a implementação de políticas públicas voltadas à Educação do Campo (Pereira, 2021).

Em dezembro de 2011, as três escolas estaduais localizadas no Assentamento Itamarati foram “autorizadas a operacionalizar na modalidade Educação do Campo” (Pereira, 2021, p. 71).

A Escola Municipal Nova Conquista passou a operar, em 2007, como escola “de lona” de famílias acampadas do MST, no momento em que aguardavam a divisão dos lotes, e ofertou os anos iniciais do Ensino Fundamental (Silva, 2024). Em 2009, contava com 317 estudantes de Ensino Fundamental (Terra, 2009). Posteriormente, ocupou o prédio da extinta Escola Municipal Rural Itamarati, na antiga sede da Fazenda Itamarati, com oferta da pré-escola. Em 2024, atendia 286 estudantes da Educação Infantil (Silva, 2024).

A partir das pesquisas apresentadas, é necessário entender como a reivindicação e a criação de escolas buscaram responder às necessidades das famílias que permaneceram às margens da rodovia e daquelas que passaram a compor o território com a transformação da fazenda em assentamento, o que evidencia a educação como parte das disputas por reconhecimento, permanência e garantia de direitos.

Em uma análise acerca do processo de luta por dignidade, o representante do MST refletiu:

em relação ao começo do assentamento, hoje eu posso dizer que melhorou o acesso. No começo, o assentamento tinha muita dificuldade de infraestrutura. O município não tinha ônibus, o estado... Então, com os programas que o Governo Federal criou, como o Caminho da Escola, facilitou muito o acesso das crianças à área da educação. No Assentamento Itamarati, sempre foi uma dificuldade a questão da infraestrutura, que é a estrada. Então, a gente, volta e meia, brinca: “o dia que não é barro, é poeira”. Então, ou o ônibus atolava, ou os alunos chegavam todos sujos na escola por causa da poeira. Mas, assim, melhorou muito o transporte escolar. Melhorou, mas precisa melhorar mais. Então, tanto o acesso a uma escola, à saúde, sempre foi dificultoso para nós, no assentamento, mas os movimentos sempre batalhando, buscando recursos dentro dos órgãos federal, estadual e municipal para melhorar as condições da infraestrutura do assentamento. Isso foi uma bandeira dos movimentos sociais junto com a comunidade, através de luta.

A esse respeito, cabe destacar a reflexão de Caldart (2000, p. 10), “de que existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social”. Nesse sentido, a pedagogia constituída dentro do movimento social se constrói a partir das diferentes experiências de vida dos sujeitos e é reconfigurada pelas lutas sociais pela terra e por seus direitos sociais.

Conforme os relatos dos entrevistados, os movimentos sociais têm impulsionado a luta pelo direito à educação escolar no Assentamento Itamarati. Nas palavras da liderança do MST:

a educação dentro do MST é uma das principais bandeiras do movimento... Aqui tem vários professores que estão dando aula e foram formados pelo movimento social. Então, teve uma que conseguiu bolsa de estudo para uma universidade, fazer a formação na área da Educação... Aí é uma contribuição do movimento, nesse sentido aí. Então, assim, hoje existem as cotas na universidade... Então isso é um fruto de luta dos movimentos sociais para defender essa cota dentro da educação, que seja, principalmente, para filhos de assentados da reforma agrária, para ter a oportunidade de estudar, de formar professores na área da Educação.

Apesar das conquistas, o representante da FAF sinaliza a continuidade das lutas diante de desafios educacionais antigos (como a criação de creches) e novos (a criação de uma instituição de Educação Superior) no Assentamento Itamarati:

a gente faz uma análise assim, hoje... No que vem andando, a gente acha que está bom, mas falta ainda, né? Por exemplo, em Itamarati, aqui no distrito, não tem uma creche para as crianças. Hoje ainda não tem, só tem o colégio, o primário. Então... Tem uma necessidade que precisa melhorar, né? ... A gente disputa para ter uma faculdade própria dentro do assentamento. Então, há uns 10 anos atrás, a gente até sentou com um senador, pôs para ele essa situação. Então, na época, a gente disputou uma verba com o senador para fazer um colégio ali, uma faculdade aí, que fosse direcionada somente para filhos de agricultor. A gente não queria que disputasse os filhos do agricultor com os [filhos] grandes empresários, porque ocorre aí... Até hoje ainda tem... tem uma discriminação aí, o filho de agricultor e filho de fazendeiro. Se tem, os dois disputam a vaga, só quem vai ficar é o filho do fazendeiro. Filho de agricultor, que é mais pequeno. Então a gente disputava uma escola assim aqui dentro.

Desse modo, evidencia-se a atuação dos movimentos sociais para o alcance do direito à educação escolar no Assentamento Itamarati. Se, por um lado, há o reconhecimento de importantes conquistas na área educacional, por outro, evoca-se a necessidade de lutas permanentes: “lutas para manter direitos, lutas para efetivar/concretizar direitos, lutas para ampliar direitos, lutas para não regredir com os direitos alcançados” (Nozu, 2020, p. 90).

Relação entre movimentos sociais e uma escola estadual^v no Assentamento Itamarati

Conforme explicitado, no Assentamento Itamarati, há quatro escolas públicas: uma municipal e três estaduais. Nesta seção, direciona-se a atenção a uma das escolas estaduais do

assentamento para elucidar sua relação com os movimentos sociais, em particular, o MST e a FAF.

A unidade de ensino é reconhecida como uma escola do campo e constitui-se como um espaço marcado pelas lutas em prol da reforma agrária e pela presença de famílias pertencentes a diferentes grupos e movimentos sociais e sindicais. A escola estadual oferece as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Conta com número significativo de estudantes, oriundos do assentamento e de áreas do seu entorno, que se deslocam de suas residências por meio de variadas linhas de transporte escolar.

Nas duas últimas décadas, as transformações na escola, visando à garantia do direito à educação, resultaram da atuação dos movimentos sociais. Nas palavras da liderança do MST, a melhoria estrutural da escola “foi uma das pautas não só do MST, mas de todos os movimentos... Foi uma reivindicação dos movimentos sociais, junto com uma comunidade da Itamarati. Então, foi uma bandeira dos movimentos sociais junto com a comunidade”.

Por sua vez, o representante da FAF destacou a atuação de sua organização social junto às instituições públicas e a agentes políticos para conquistar as benfeitorias da escola:

a gente tinha a secretaria da FAF, que organiza a Educação no Campo. Aí a gente tinha o secretário, a gente sentou juntamente com o governo do estado [de Mato Grosso do Sul] e levantou a situação daquela estrutura que poderia passar para a escola. E aí a gente foi organizando e... O governo investiu dinheiro. ... Daí nós estávamos juntos, trouxemos o engenheiro, medimos, ajudamos, fizemos toda a política para o engenheiro aprovar... E aí deu certo.

Além da relevante atuação dos movimentos sociais em prol da melhoria das condições estruturais da escola, Costa et al. (2025) enfatizam a necessidade de participação ativa das comunidades na construção dos PPP das escolas do campo, para garantir que seus modos de vida, experiências, sociabilidades e saberes sejam reconhecidos e presentificados. Ao serem questionados acerca do envolvimento atual dos movimentos sociais nas ações desenvolvidas pela escola, os entrevistados relatam ações esporádicas, realizadas a partir de demandas específicas. A esse respeito, o representante da FAF disse:

a gente trabalha mais com a necessidade. Quando [a escola] diz: “oh, nós precisamos disso”, a gente se organiza e vai. Então, hoje a gente participa, ajuda, né? [...] Mas sempre a gente está [ajudando], quando um professor... precisa e ele pede, a gente ajuda naquilo que é necessário, né? Trabalhamos mais assim.

Uma forma de atuação, mencionada pela liderança do MST, diz respeito aos projetos na escola:

hoje em si não tem um projeto específico do MST dentro da escola. A gente, como liderança, participa como pai, mas sim, existem os projetos das cooperativas que apoiam a escola. O desenvolvimento da produção, da horta, da escola. Existem as cooperativas do assentamento que contribuem e apoiam diretamente nessa construção dos projetos.

As pesquisas realizadas na escola e as falas apresentadas permitem compreender que a atuação dos movimentos sociais não se restringe à disputa pela terra e à conquista da escola em pauta, mas se configura, também, como um processo de reivindicação e defesa de direitos sociais.

Diante desse contexto, percebe-se que o Assentamento Itamarati não se apresenta como cenário neutro, mas como espaço social carregado de sentidos históricos, culturais e políticos que atravessam a constituição da escola estadual pesquisada. Isso porque as experiências vinculadas à produção familiar, à participação em associações e às formas de resistência e permanência no campo não permanecem externas à escola e ao processo educacional.

Nessa direção, a escola, vinculada às lutas e à vida dos povos do campo, contribui para a constituição de sujeitos sociais comprometidos com seu território, pois “não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro” (Caldart, 2003, p. 66). Assim, o processo educativo se constrói na articulação entre campo, cultura e organização social, e não como experiência isolada da realidade vivida (Kolling et al., 2002).

Considerações finais

Os movimentos sociais do campo constituem um dos elementos essenciais da Educação do Campo e das lutas das populações camponesas na busca por dignidade, direitos fundamentais e justiça social.

Nessa direção, o artigo destacou a atuação de dois movimentos sociais do campo (MST e FAF) na luta pelo direito à educação no Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã-MS, em particular de uma escola vinculada à rede estadual de ensino.

Nesse propósito, os dados bibliográficos e empíricos enfatizaram a trajetória histórica do Assentamento Itamarati, as reivindicações dos movimentos sociais do campo para sua criação, expansão, organização e seu desenvolvimento. Acompanhando o movimento de luta pela terra, a luta pela educação foi estabelecida ainda nos acampamentos. Com a implantação do assentamento, quatro escolas públicas – uma municipal e três estaduais – foram materializando o direito à educação escolar.

Apesar das conquistas, as lutas pelo direito à educação escolar permanecem no Assentamento Itamarati, principalmente para a garantia da Educação Infantil e da Educação Superior no território, conforme registraram os representantes dos movimentos sociais.

Na escola estadual enfocada neste artigo, evidenciou-se a contribuição dos movimentos sociais para as articulações políticas e as exigências de melhorias estruturais para a oferta de Educação Básica aos assentados e moradores das imediações. Ainda, os representantes do MST e da FAF informaram que os movimentos sociais continuam atuando, em demandas pontuais, junto à escola do campo. Como “sujeitos pedagógicos” (Caldart, 2004), os movimentos sociais evocam a natureza coletiva da educação, sobretudo no seu papel político, ético e emancipatório dos povos do campo. Portanto, nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais, por meio de participação nos processos decisórios e pedagógicos, torna-se fundamental para que os conhecimentos, as experiências, os sonhos, os propósitos, as necessidades e as realidades dos povos do campo possam permear o ato educativo da escola do assentamento.

Referências

- Bellé, M. de F. L. (2011). *Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001–2010*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Anhanguera-Uniderp.
- Caldart, R. S. (2000). *A pedagogia da luta pela terra: O movimento social como princípio educativo*. In Anais da 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Caxambu, MG, Brasil.
- Caldart, R. S. (2003). A escola do campo em movimento. *Currículo sem Fronteiras*, 3(1), 60–81. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.htm>
- Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Expressão Popular.
- Caldart, R. S. (2009). Educação do campo: Notas para análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35–64. <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/>
- Caldart, R. S. (2010). Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In M. G. Arroyo, R. S. Caldart & M. C. Molina (org.), *Por uma Educação do Campo* (pp. 147–158). Editora Vozes.
- Cavalcante, D. F. S. (2015). *Cooperativismo e construção coletiva: Estudo a partir de duas cooperativas de produtores do Assentamento Itamarati, Ponta Porã-MS*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade de Brasília.

Correia, L. A. T. (2022). *Diagnóstico das políticas públicas no fortalecimento da reforma agrária: Um estudo de caso do complexo “Itamarati” - Ponta Porã-MS*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Federal da Grande Dourados.

Costa, J. B., Fonseca, E. M. F., Oliveira, L. C. G., Oliveira, R. K., Santos, W. P. L., Padilha, J. F., & Balbino, A. M. (2025). Políticas públicas e Educação do Campo no Brasil: Desafios, implementação e perspectivas para a inclusão rural. *Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 11, 118–132. <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/355>

Estrella, G. S. (2019). *Materiais de construção utilizados nas habitações rurais: Estudo de caso no Assentamento Itamarati, estado de Mato Grosso do Sul*. [Tese de doutorado publicada]. Universidade Católica Dom Bosco.

Ferreira, C. O. (2021). *A questão agroambiental no eixo temático TVT: Estudo de caso na Escola Estadual Nova Itamarati, Assentamento Itamarati II – Ponta Porã, MS*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Federal da Grande Dourados.

Fernandes, B. M. (2010). Movimentos sociais do campo. In D. A. Oliveira, A. M. C. Duarte, & L. M. F. Vieira (org.), *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente* (pp. 1–3). UFMG/Faculdade de Educação. https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/movimentos-sociais-do-campo/

Fernandes, B. M., Cerioli, P. R. & Caldart, R. S. (2010). Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo” (Texto preparatório). In M. G. Arroyo, R. S. Caldart & M. C. Molina (orgs.), *Por uma Educação do Campo* (pp. 19–62). Editora Vozes.

Freitas, R. A. (2022). *Dados populacionais do Assentamento Itamarati* [Planilha interna]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (s.d.). *Assentamentos*. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

Instrução Normativa n.º 126, de 28 de julho de 2022. Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de ocupações incidentes em terras públicas federais [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 de julho de 2022. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-126-de-28-de-julho-de-2022-418644423>

Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Caldart, R. S. (2002). Por uma Educação do Campo: Declaração 2002. In E. J. Kolling, P. R. Cerioli & R. S. Caldart (orgs.), *Educação do Campo: Identidade e políticas públicas* (pp. 11–17). UNESCO. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>

Machado, V., & Tsuchiya, A. M. (2021). A educação do campo: Um estudo sobre as condições das escolas dos assentamentos de reforma agrária. *Dialogia*, 39, e20630. <https://doi.org/10.5585/39.2021.20630>

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos* (pp. 1–10). USC.

Mattar, J., & Ramos, D. K. (2021). *Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas* (1ª ed.). Edições 70.

Nozu, W. C. S. (2020). Entre processos marginais e lutas transversais: A escolarização de alunos camponeses com deficiência. In A. R. Santos, C. P. Nunes & D. O. V. Silva (orgs.), *O protagonismo da educação do campo em debate: políticas e práticas* (pp. 87–107). EDUFBA.

Oliveira, D. M. (2023). *Do império da soja à reforma agrária: Trabalhadores sem-terra e movimentos de resistência na fronteira Brasil–Paraguai (1970–2022)*. [Tese de doutorado publicada]. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Pereira, R. E. (2021). *A visão dos professores de Geografia sobre as escolas do campo do Distrito Itamarati em Ponta Porã-MS: Por uma escola e geografia diferenciada*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Federal da Grande Dourados.

Ponta Porã. (2015). Lei n.º 4.091, de 16 de março de 2015. Cria o Distrito de Nova Itamarati, no Município de Ponta Porã, e dá outras providências. *Diário Oficial de Ponta Porã*, Ponta Porã, 25 de março de 2015. <https://diariooficial.pontapora.ms.gov.br/>

Ponta Porã. (2020). Lei Complementar n.º 197, de 15 de abril de 2020. Institui o Plano Diretor do Município de Ponta Porã e dá outras providências. *Diário Oficial de Ponta Porã*, Ponta Porã, 16 de abril de 2020. <https://www.camarapontapora.ms.gov.br/public/pdf/44d75f20a93fb4365886283d16557e29-1597838929.pdf>

Silva, A. N. (2014). *Currículo e práticas mono/multi/interculturais e a produção de identidades e diferenças na Escola Estadual do Campo Nova Itamarati*. [Tese de doutorado publicada]. Universidade Católica Dom Bosco.

Silva, R. (2024). *Mulheres nos serviços públicos nos assentamentos Itamarati I e II: Políticas públicas que transformam vidas de assentadas*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Federal da Grande Dourados.

Terra, A. (2009). *Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O pivô da questão”*. [Tese de doutorado publicada]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Terra, A. (2010). O Assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, 5(9), 166–202. <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11962>

Urchei, M. A., Fietz, C. R., Comunello, É., Lima Filho, O. F., & Silva, W. M. (2002). *Caracterização edafoclimática do Assentamento Itamarati, MS, e análise socioeconômica regional*. Embrapa Agropecuária Oeste.

ⁱ Conforme Bellé (2011, p. 37), trata-se de “um grupo de dissidentes da CUT [Central Única dos Trabalhadores]”.

ⁱⁱ Para aprofundar o tema, recomenda-se a leitura de Terra (2009) e Correia (2023).

iii O Art. 2º da Instrução Normativa n.º 126, de 28 de julho de 2022, define áreas urbanas consolidadas como aquelas dotadas de sistema viário implantado, com vias de circulação, pavimentadas ou não, com uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações, residências, comerciais, industriais ou de prestação de serviços.

iv Esse número refere-se à soma da população residente nos núcleos urbanos consolidados e na área rural do assentamento, conforme os critérios adotados por Freitas (2022).

v O nome da escola será mantido em sigilo, assim como os dados que podem levar à sua identificação, em respeito aos compromissos éticos assumidos com a pesquisa.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 30/04/2026
Aprovado em: 01/06/2026
Publicado em: 10/07/2026

Received on April 30th, 2026
Accepted on June 01st, 2026
Published on July, 10th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Dutra, M. E. A., & Nozu, W. C. S. (2026). Movimentos Sociais do Campo e Direito à Educação no Assentamento Itamarati, Mato Grosso do Sul. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20631.

ABNT

DUTRA, M. E. A.; NOZU, W. C. S. Movimentos Sociais do Campo e Direito à Educação no Assentamento Itamarati, Mato Grosso do Sul. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 11, e20631, 2026.